

## **Remuneração Docente de Professores Públicos Municipais: a ideologia partidária como categoria de análise (2008-2016)**

Marcus Quintanilha da Silva

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR – Brasil

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo analisar o panorama da remuneração docente de professores públicos municipais durante duas administrações, 2009-2012 e 2013-2016, considerando como categoria de análise o posicionamento ideológico dos partidos políticos dos prefeitos no que tange à valorização da remuneração docente. A abordagem metodológica consistiu em uma análise quantitativa da remuneração docente de 1328 municípios que tiveram continuidade ideológica de gestão no período analisado, utilizando informações dos anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, precedida de uma análise documental que pudesse situar os partidos políticos nos espectros ideológicos da esquerda, centro e direita. Os resultados indicaram nuances de influência ideológica na valorização da remuneração docente, bem como especificidades regionais nesse processo.

Palavras-chave: **Remuneração docente. Financiamento da educação. Política Educacional. Partidos Políticos. RAIS.**

### ***Teaching Remuneration for Municipal Public Teachers: party political ideology as a category of analysis (2008-2016)***

### **Abstract**

This article aims to analyze the panorama of the teaching remuneration of municipal public teachers during two administrations, 2009-2012 and 2013-2016, considering as category of analysis the ideological positioning of the political parties of the mayors regarding the valorization of teaching remuneration. The methodological approach consisted of a quantitative analysis of the teaching remuneration of 1328 municipalities that had ideological continuity of management in the period analyzed, using information from the years 2008, 2010, 2012, 2014 and 2016, preceded by a document analysis that could locate the political parties in the ideological spectra of the left, center and right. The results indicated nuances of ideological influence in the valuation of teacher remuneration, as well as regional specificities in this process.

Keywords: **Teacher remuneration. Education financing. Educational politics. Political parties. RAIS.**

## Introdução

Seja na língua portuguesa ou na literatura acadêmica, a política é um termo carregado de polissemia. Todavia, ao pensar na política educacional como um campo do conhecimento em que se analisa a ação (ou não) do Estado em torno de uma demanda social por educação (SOUZA, 2016), delimitar um espectro analítico é fundamental, na medida em que existem inúmeras variáveis possíveis na análise de um resultado da implementação e execução das políticas educacionais.

Nessa delimitação, este trabalho se utiliza da compreensão da política proposta por Muller e Surel (2002), desdobrando o termo política em três vertentes: *polity*, *politics* e *policies*. Compreende-se que a trama de sucesso eleitoral (elemento da *politics*), os posicionamentos ideológicos dos partidos, além da tensão na implementação de políticas públicas (*policies*), colocam-se como oportunidade de investigação pela possibilidade de auxílio na compreensão da decisão de alocação de recursos para a execução de uma determinada política pública.

O debate sobre valorização de professores no Brasil é um tema recorrente e complexo, particularmente na análise a partir das ações do governo federal, pautadas em alguns pactos de indução/adesão e complementação financeira, mas cuja execução fica, em grande medida, a cargo dos estados e municípios (FERNANDES, 2013; MASSON, 2017).

A partir dessa delimitação, este artigo tem por objetivo analisar o panorama da remuneração docente de professores públicos municipais durante duas administrações, 2009-2012 e 2013-2016, considerando como categoria de análise o posicionamento ideológico dos partidos políticos dos prefeitos no que tange à valorização da remuneração docente. Sugere-se, portanto, a busca da compreensão da decisão política de alocação de recursos utilizando uma categoria analítica pouco convencional nas pesquisas em que a remuneração de professores é o tema central.

O percurso deste trabalho consistiu em uma revisão conceitual e de legislação que auxiliasse no entendimento da centralidade da representatividade democrática brasileira pautada nos partidos políticos, a ideologia partidária como elemento de provável influência na decisão política de alocação dos recursos, o relativismo dos posicionamentos partidários locais em relação aos diretórios nacionais e as ações do governo federal que influenciaram na valorização da remuneração docente no período analisado.

Posteriormente, foi realizada uma análise documental no sentido de categorizar os partidos políticos brasileiros registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até junho de 2018, nos espectros ideológicos (esquerda, direita e centro) no que tange à valorização da remuneração docente, com base na categorização proposta por Gouveia (2008). Optou-se por trabalhar em uma abordagem quantitativa somente com os municípios que tiveram continuidade ideológica de gestão nas duas administrações analisadas, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para os anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016, buscando uma leitura do movimento da remuneração docente no início, meio e fim de cada gestão.

Considerando que os limites da ação política de alocação dos recursos para a remuneração docente não se pautam somente na ideologia partidária dos partidos políticos dos prefeitos, e sim em uma gama de disputas por projetos e interesses, este trabalho objetivou contribuir com o tema ao considerar que os posicionamentos ideológicos ainda são

relevantes na discussão sobre a concepção das políticas e, particularmente, na valorização da remuneração docente.

## **A política e os posicionamentos político-partidários: elementos de influência na decisão da alocação dos recursos para a valorização da remuneração docente**

Para compor o argumento proposto para este trabalho, esta seção buscou perpassar três discussões: a) a centralidade da representatividade democrática no Brasil; b) a ideologia partidária como elemento de influência na decisão política de alocação dos recursos, e; c) o relativismo dos posicionamentos partidários locais em relação aos diretórios nacionais.

A pauta de discussão deste trabalho tem como ponto de partida elementos estruturais que ditam as regras do jogo na ascensão dos governantes nos espaços de tomada de decisão. Todavia, reconhece-se que a efetividade de uma democracia se faz menos nas regras e mais na ampliação das condições de superação da desigualdade e ampliação do diálogo e da participação da sociedade (SOUZA, 2007).

A democracia no Brasil é formalmente sustentada em um jogo eleitoral e regras em que o cerne é pautado na disputa por conquista, manutenção e ampliação de poder pelos partidos políticos. Teoricamente, a democracia é entendida como contraposição a formas de governos autocráticos, tendo como base “[...] um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2015, p. 35). Nessas regras, encontra-se a representatividade, na qual “as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos” (BOBBIO, 2015, p. 74), modelo característico do Estado moderno em que a filiação a partidos políticos é premissa na disputa eleitoral (POGGI, 1981; GALVÃO, 2016).

Entretanto, o governante eleito e seu partido dificilmente se mantém no poder sem alianças políticas, seja na busca de sucesso eleitoral (EV, 2015) ou na estabilidade governamental na ocupação do Poder Executivo. Nesse viés, “a capacidade de produzir decisões e políticas públicas diferenciadas” (AVRITZER, 2016, p. 37), denominada governabilidade, é produto de uma tensão que envolve interesses de diversos setores, em que o diálogo e as consequentes negociações pautam um cenário de maior ou menor capacidade de governar. Portanto, a construção de alianças, como prática política, pode ir além de uma concepção ideológica partidária, culminando em uma abertura do discurso político que não é um fenômeno brasileiro, mas de outras democracias, principalmente europeias (PRZEWORSKI, 1989).

A questão que se coloca é: se as regras do jogo são apenas um ponto de partida para o sucesso eleitoral e a busca de governabilidade, o espectro ideológico partidário ainda é relevante? Trata-se de uma discussão que sempre é retomada em diversos segmentos da sociedade. Fato é que, reconhecidamente, houve ressignificações no processo de complexificação da sociedade (EV, 2015), mas, atualmente, em alguns Estados, a dicotomia esquerda x direita está sendo retomada com vigor (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A atribuição histórica dos termos direita e esquerda associa-se à distribuição espacial dos delegados do parlamento francês, historicamente caracterizado pela tensão em torno do conservadorismo e a emancipação social (EV, 2015). Com o advento da social democracia,

particularmente após a Segunda Guerra Mundial, reforçou-se a oposição entre Estado social, com foco na distribuição de renda e investimento social, à esquerda, e Estado mínimo, à direita, pautado nas políticas de austeridade fiscal (EV, 2015; PRZEWORSKI, 1989).

No caso brasileiro, um fenômeno analisado por esse espectro é complexo, haja vista que o País tem, historicamente, uma série de mudanças no sistema partidário, culminando em poucas heranças ideológicas. Além disso, a própria gênese partidária brasileira não é proveniente de raízes sociais, e sim da estrutura estatal, exceção parcial feita ao Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Verde (PV) (EV, 2015; GOUVEIA, 2008). Apesar dessa ressalva, a centralidade representativa dos partidos políticos indica que estes são influentes nas tomadas de decisão, especialmente no que tange ao movimento de alocação de recursos.

No debate com David Easton, cientista político da década de 1950, Poggi (1981) discorre que, na tarefa de governar, a alocação de recursos é um processo a ser institucionalizado em grande medida, com alguns modos de estruturação. Um deles é a ordenação de valores, em que as prioridades são elencadas por alguém ou um grupo, atribuindo uma espécie de valoração das competências do poder público. Nesse viés, a valorização da remuneração docente, tema deste trabalho, necessita estar privilegiada nessa ordem do Poder Público, em um processo que se dá a partir de uma série de fatores políticos e sociais de um determinado contexto.

A ordenação de prioridades se encaixa em um contexto que aqui se denomina de disputa política pelo fundo público. Para Salvador (2010, p. 607), o fundo público em seu momento atual “[...] envolve toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia, além do próprio orçamento, as empresas estatais, a política monetária comandada pelo Banco Central para socorrer as instituições financeiras etc.”. Nessa ideia, Oliveira (1998) caracteriza o fundo público como um elemento estrutural ao capitalismo contemporâneo, cenário em que sua disputa e alocação se torna essencial para maior acumulação de capital e/ou melhoria das condições de vida da população.

Entende-se que a escolha dos representantes pode possibilitar mudanças no processo de decisão política da alocação dos recursos. Entretanto, particularmente no âmbito municipal, as práticas clientelistas e patrimonialistas podem ser um entrave ou uma moeda de troca em concessões à categoria na valorização da remuneração docente, mesmo em um federalismo que, progressivamente, foi ampliando a autonomia federativa dos municípios.

Ou seja, grupos políticos podem ter relações de poder local e autonomia política diferenciadas, bem como diferentes capacidades de definir e implementar políticas públicas. Em estudos como Azevedo (2002) e Souza (2005), o poder local pode assumir dimensões que tornam o coronelismo e o personalismo ainda bastante presentes. Além disso, posicionamentos nacionais podem reverberar em outras posições locais (BRAGA, 2009; KINZO, 2004).

Dentro de um cenário de influência política em que as decisões são políticas e negociadas, a priorização do Poder Público por melhores remunerações dos profissionais do magistério municipal é um processo decisório de natureza política, pois há disputa. A forma como um problema se apresenta na ordenação de prioridades, aliada às alianças políticas com vistas à manutenção do poder, correlacionado as tensões de segmentos sociais, influenciam o processo. A tomada de decisão no âmbito municipal não é isolada ao governo

federal. Nesse contexto, a tomada de posição da União no período proposto pela pesquisa, 2008-2016, apresenta-se como um fator importante para a análise das ações dos municípios no que tange à valorização da remuneração docente, questão a ser problematizada na seção seguinte.

## A política nacional de remuneração docente: alguns aportes

Compreende-se como remuneração a totalidade dos benefícios financeiros que incluem o salário, ou, no caso do magistério público, os vencimentos, acrescido de vantagens pecuniárias como auxílio transporte, gratificações, auxílio saúde, entre outros (CAMARGO; JACOMINI, 2011). A remuneração docente é, ao mesmo tempo, uma parte importante da condição docente, pois ela situa a profissão em uma posição social de valorização em comparação a outras profissões, além de reconhecida como um indicador importante para a melhoria da qualidade da educação, de vida do professor e um elemento fundamental para a valorização da profissão (CAMARGO; JACOMINI, 2011; GROCHOSKA, 2015).

As concepções de valorização do professor e, particularmente, da remuneração destes, podem ser traduzidas através de desdobramentos de lutas e disputas que se materializam nos marcos legais, especialmente do governo federal. Apesar da lei n. 5.692/1971 ser um marco histórico por induzir os sistemas de ensino a instituírem seus estatutos próprios do magistério (CAMARGO; JACOMINI, 2011), é a partir da Constituição Federal de 1988 que uma série de normas federais ampliaram a perspectiva de estabelecer uma carreira docente e mínimas condições remuneratórias aos seus profissionais, em particular após o ano de 2006 (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2009).

Nesse viés, concorda-se com Camargo e Jacomini (2011, p. 159), quanto ao fato de que “[...] há garantias jurídicas suficientes para que o professor tenha condições de trabalho, possibilidade de formação e remuneração mínima”. Portanto, a lei e a política pública não resolvem os problemas, mas estabelecem parâmetros de luta mais efetiva por parte da sociedade, particularmente pela inclusão de determinado tema na agenda política daquele determinado contexto. A ideia de política educacional, desse modo, materializada por meio de ações políticas do ente federado, engloba a valorização do professor, por esta ser um desdobramento das políticas públicas educativas, que, no caso da remuneração docente, implica na necessidade de disputar o fundo público e, conseqüentemente, sua alocação. Havendo disputa, há política.

Mesmo que a política de remuneração do magistério público municipal não seja executada no âmbito federal, ela não é isolada de uma política nacional, particularmente por esta competência ser concorrente, mas com primazia da legislação nacional sobre a local. No caso brasileiro, é a partir de 2006 que algumas ações efetivas por parte da União passaram a estabelecer novas normas de alocação do fundo público visando promover um cenário de maior possibilidade de valorização da remuneração docente, destacando-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN).

O Fundeb, regulado pela Emenda Constitucional n. 53/2006 e a lei n. 11.494/2007, política sucessora do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), apresentou diferenças significativas, seja em arrecadação, complementação de união e/ou matrículas contempladas. Sua forma de

operação básica é a partir de fundos contábeis em cada estado e Distrito Federal, em que uma parcela de 20% de 8 impostos estaduais e repasses constitucionais de estados e municípios são recolhidos e redistribuídos dentro de cada estado, utilizando como critério as matrículas e a vinculação destas à etapa/modalidade da educação básica, direcionada à responsabilidade educacional prevista constitucionalmente para o ente federado. Aos fundos estaduais que não conseguem arrecadar o valor mínimo definido anualmente (VAA), a União atua em caráter complementar em um piso de 10% da arrecadação nacional do fundo. Destaca-se que há uma vinculação dos recursos do fundo em questão, devendo ser destinados no mínimo 60% destes à remuneração docente.

Mesmo que os impostos estritamente municipais não entrem no sistema de arrecadação, aponta-se a política de fundos como uma possibilidade real de diminuição da desigualdade e aumento de potencial de investimento para a valorização da remuneração docente (ARAÚJO, 2013), mas com a necessidade de aporte financeiro da União.

A lei n. 11.738/2008 teve como objetivo estabelecer um vencimento inicial para a carreira dos professores brasileiros, o PSPN, considerando uma jornada máxima de 40 horas semanais para a formação mínima de ensino médio na modalidade Normal. Essa normativa também estipula que a carga de trabalho de docência com os educandos não exceda dois terços de seu contrato de trabalho. Trata-se, portanto, de uma regulação centralizada, que é operada e custeada em um modelo não centralizado, no qual a execução da política tem suas variações. Além disso, estabeleceu prazo para a adequação do piso aos Planos de Carreira, Cargos e Remuneração de estados e municípios, complementada pela Resolução CNE/CEB n. 2/2009, que estabeleceu Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da educação básica pública.

A atualização do PSPN é anual, baseada na variação do VAA do Fundeb para uma matrícula dos anos iniciais do ensino fundamental urbano nos dois exercícios anteriores. Ou seja, o reajuste do piso salarial de 2014, por exemplo, é calculado pela variação percentual do valor anual por aluno entre 2013 e 2012, previsto para janeiro de cada ano subsequente. Portanto, a evolução do PSPN está diretamente articulada com o Fundeb e a evolução do valor por aluno. Pela vinculação mínima de 60% de seus recursos ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, o Fundeb se coloca no centro da operação de possibilitar historicamente o endereço dos recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino para suas finalidades, e, em particular, para a remuneração dos professores (FERNANDES, 2013).

Todavia, em estudo apresentado pelo Ministério da Educação (2016), 50,7% desses têm plano de carreira, somente 45,5% de gestões municipais cumprem a Lei do Piso e 38,9% ofertam o mínimo de um terço da jornada de trabalho para atividades de planejamento e estudos fora de sala de aula. Nesse viés, concorda-se que a efetividade da lei ainda é um desafio, causando uma série de tensões que, em vários casos, já foram superadas e, em outros, ainda se encontram em processo, havendo um estreecimento nas relações intergovernamentais em uma política de indução nacional, reavivando a necessidade de superação de traços de patrimonialismo e clientelismo das gestões municipais, fruto de uma construção histórica (FERNANDES, 2013).

Mesmo com alguns limites impostos conhecidos, como a lei complementar n. 101/2000, a lei de responsabilidade fiscal, considera-se que a decisão de alocação do fundo público é

essencialmente política. No caso brasileiro, o posicionamento do governo federal em torno de políticas públicas, como o da remuneração docente, é fundamental, como na ampliação de aporte financeiro para o investimento em educação e/ou no estabelecimento de um piso mínimo remuneratório para os profissionais do magistério. Passa-se, portanto, à seção de descrição metodológica e análise de dados.

## **Metodologia de categorização dos partidos políticos e seleção de casos da RAIS**

A diferença de posições políticas dos partidos pode resultar em perspectivas distintas na implementação e execução de uma política pública, sem ignorar a ressignificação das dimensões direita e esquerda ao longo da história (EV, 2015; GALVÃO, 2016). Nesse viés, reconhece-se o grau de complexidade na análise do movimento da remuneração docente a partir dessa categorização, mas que pode oferecer nuances interessantes no espectro da ação política de alocação de recursos.

A categorização parte da proposição de Gouveia (2008), que, na análise a partir da revisão de literatura de estudos da atuação dos partidos políticos no âmbito das disputas por projetos educacionais, considerou duas contraposições: esquerda democrática e direita gerencial. Na esquerda democrática, a ideia de educação é ancorada à transformação social, em que a política educacional é um direito de todos. No caso da valorização da remuneração docente, enfatizou-se a perspectiva dos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), que valorizassem qualificação e envolvimento com o projeto da escola, assegurando direitos em um quadro de profissionais estatutários e a ênfase na ampliação dos recursos como um investimento social.

Na direita gerencial, a educação é articulada com a adaptação do sujeito à sociedade existente, propondo um fazer pedagógico que valorize o mérito individual. No caso da valorização da remuneração docente, centra-se na disponibilidade orçamentária, análise de desempenho, austeridade fiscal e terceirização de contratação de profissionais da educação e serviços.

Para este trabalho, a categorização teve como pontos de partida a análise documental das legendas partidárias registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), considerando a perspectiva de leitura de documentos proposta por Cellard (2008). Para o autor, em um estudo de documentos, é necessário aceitar os documentos como eles são, categorizá-los em relação ao objeto da pesquisa e criticar o conteúdo apresentado, privilegiando textos com credibilidade e fidedignos. Neste trabalho, os documentos oficiais consultados foram provenientes do caderno de diretrizes doutrinárias partidárias do Senado Federal (2014). Na ausência de informações, foram consultadas informações diretamente dos sites oficiais dos partidos. No total, os 35 partidos registrados no TSE até junho de 2018 foram categorizados.

Na aproximação ideológica dos partidos políticos no que tange à valorização da remuneração docente, a leitura se deu a partir dos conceitos propostos por Gouveia (2008), posicionando-os à esquerda, ao centro ou à direita. Às legendas partidárias que não abordavam o tema diretamente, foi necessário aprofundar a análise em torno de compreender as perspectivas de proposições de políticas sociais e econômicas, pois a efetividade de uma política educacional como a remuneração docente depende das condições propostas por políticas econômicas e a própria ideia de política social em uma atuação conjunta. Para essa

aproximação, optou-se pelo termo “conceitos-chave”, pois na perspectiva de análise documental de Cellard (2008) a busca de palavras pode culminar em uma análise superficial, enquanto os conceitos, apesar de exigirem leitura e análise mais rigorosas, traduzem o documento com maior precisão e confiabilidade. Além disso, foi necessária prudência para evitar confusão entre palavras e conceitos. Para tal, a valorização do servidor público citada por alguns partidos foi relacionada com conceituações em torno de políticas sociais e econômicas.

**Quadro 1 – Conceitos-chave utilizados como critérios de análise nos posicionamentos ideológicos dos partidos políticos brasileiros**

CRITÉRIOS	ESQUERDA	DIREITA
Remuneração docente	Qualificação, plano de carreira, concurso público.	Mérito, desempenho, disponibilidade de orçamento.
Políticas sociais	Direito e justiça social, valorização do servidor público, investimento na qualidade de vida.	Reprodução do trabalhador, assistencialismo, terceirização.
Políticas econômicas	Redistribuição, valorização do salário mínimo, Estado de bem-estar social.	Austeridade e dívida pública, Estado mínimo gerencial, privatização e parceria público-privada.

Fonte: Adaptado de Gouveia (2019).

Alguns partidos foram alocados para os grupos de centro. Para estes, não se buscou conceitos-chave, tendo em vista que foram caracterizados por dois critérios: a) falta de clareza de posicionamento, seja pelo conteúdo incipiente dos documentos analisados ou pela falta de tomada de posição para um dos lados, e; b) incoerência e conflito nos posicionamentos, indicando uma distinção ideológica indefinida. O quadro abaixo reúne a categorização por espectro ideológico dos partidos políticos analisados.

**Quadro 2 – Categorização do posicionamento dos partidos políticos acerca do financiamento da educação e da valorização da remuneração dos professores públicos**

ESQUERDA	CENTRO	DIREITA
PDT, PT, PSB, PCdoB, PPS, PV, PSTU, PCB, PHS, PCO, PSOL, PPL.	PTC, PSC, PMN, PRP, AVANTE, PRTB, PRB, PR, PSD, PATRI, PROS, SOLIDARIEDADE, PMB, REDE.	MDB, PTB, DEM, PSDB, PP, DC, PODE, PSL, NOVO.

Fonte: Silva (2019).

Quanto aos oito partidos com registros mais antigos no TSE, os posicionamentos tinham maior clareza, bem como diversas fontes de informação como cartas, manifestos, programas, resoluções internas, entre outras. Aos demais, a aproximação foi realizada com maior cuidado, pela falta de clareza nos seus documentos oficiais, utilizando com maior frequência o documento disponível no Senado Federal (2014) acerca de seus posicionamentos.

Para a análise da remuneração docente, a RAIS foi a fonte de informações que fomentou o estudo. Disponibilizada pelo Ministério do Trabalho, ela possibilita o acesso a dados de remuneração, tipos de contratos de trabalho, vinculação do trabalhador ao empregador, seja público ou privado, horas de contrato, etapa/modalidade na qual o professor é vinculado, dentre outras informações.

Na seleção de casos, buscaram-se informações da remuneração dos professores vinculados aos municípios nos anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016. No tratamento da informação, optou-se por trabalhar com a remuneração por hora, compreendendo que há uma diversidade de modelos de contratos trabalhistas em termos de carga horária. Para isso, o cálculo realizado consistiu em considerar a razão da remuneração média nominal pela quantidade de horas de trabalho semanal multiplicada por 4,4 (considerando 22 dias de trabalho como média e, portanto, 4,4 semanas mensais).

Para comparação em valores reais, a remuneração média dos professores foi corrigida com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que, a partir de 2008, foi considerado o acumulado do índice inflacionário até o mês de dezembro de 2016. Para 2008, esse percentual acumulado foi de 60,5%, 2010 com 47,9%, 2012 em 30,52% e 2014 a 19,23%. Os casos que excederam o teto do funcionalismo público em 2016 foram excluídos, ou seja, uma remuneração que, de acordo com a Lei n. 13.091/2015, fosse maior a R\$ 33.763,00 mensais ou R\$ 191,84 por hora. Essa exclusão foi executada em todos os anos da série histórica analisada na remuneração atualizada pelo INPC. Posteriormente, foi realizada uma média remuneratória por município.

Em uma abordagem quantitativa, consideraram-se como variáveis para o estudo a remuneração média por hora e a exploração remuneratória dos professores estatutários, os vinculados ao ensino fundamental e à educação infantil, bem como os aspectos atinentes à regionalidade. Tais variáveis foram consideradas na medida em que: a) no caso dos estatutários, a leitura pôde se aproximar de uma valorização do professor concursado; b) a diferenciação de valorização de professores de etapas diferentes previstas constitucionalmente como de responsabilidade municipal poderia apresentar nuances diferenciadas da ação do poder público a partir das categorias propostas, e; c) a questão da regionalidade pôde apresentar diferentes formas de os partidos políticos executarem a política pública de remuneração docente em diferentes contextos sociais e econômicos.

Considera-se que, em um estudo com abordagem quantitativa, em que a política educacional tem um grau de complexidade de variáveis que influenciam o fenômeno, a estatística auxilia, mas não consegue traduzir em si o resultado que tem premissas sociológicas (SELZ, 2015). Nesse sentido, a leitura prévia de uma literatura, bem como a revisão de legislação foram fundamentais para explicar o movimento da remuneração docente a partir da categorização proposta.

No cruzamento dessas duas metodologias de seleção de casos, a pesquisa elencou um total de 1328 municípios, sendo que 155 foram administrados por prefeitos filiados a partidos de esquerda, 345 de centro e 828 de direita. O cenário de dominância dos partidos de direita corrobora com a pesquisa de Silva (2019), pois, pelo mapeamento eleitoral entre 2008 e 2016 nos municípios brasileiros, nas eleições de 2008, 2012 e 2016, a direita, liderada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Democratas (DEM), sempre teve ampla maioria no âmbito municipal, mesmo com uma queda de representatividade no último ano analisado, alinhada com a ascensão do centro.

Compreendendo os limites e possibilidades da utilização dessa categoria como uma possibilidade de realizar uma leitura da efetividade da política educacional de remuneração de professores públicos municipais, a seção seguinte teve por objetivo analisar o panorama da remuneração de professores no Brasil entre 2008 e 2016, utilizando como categoria de análise a continuidade ideológica dos partidos dos prefeitos na série histórica.

## **Análise de resultados**

O intervalo entre os anos de 2008 e 2016 é caracterizado por ações do governo federal que tiveram como objetivo induzir estados e municípios a adequarem seus planos de carreira, cargos e remuneração a uma perspectiva de valorização dos seus professores, bem como propiciar a ampliação de aporte financeiro para tal (SILVA, 2019). Dentre as políticas,

destacam-se a instituição e efetivação do Fundeb, do PSPN, do Plano Nacional de Educação e das diretrizes para os planos de carreira (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2009).

Mesmo em um panorama em que a efetividade de tais políticas, particularmente no cumprimento dos preceitos da lei n. 11.738/2008, não seja universal, o posicionamento do governo federal parece ter surtido efeito de valorização da remuneração de professores públicos municipais no âmbito nacional (SILVA, 2019). No caso da estratificação por ideologia partidária dos partidos dos prefeitos, o cenário corrobora com a pesquisa supracitada, mas com nuances de diferenciação entre as administrações de esquerda, direita e centro. A continuidade ideológica de gestão indica valorização real da remuneração docente, mas com crescimento real maior por parte das administrações de esquerda, bem como maior remuneração ao final da série histórica.

**Tabela 1 – Média da remuneração por hora em valores reais dos professores públicos municipais agregada por posicionamento ideológico dos partidos dos prefeitos – 2008-2016**

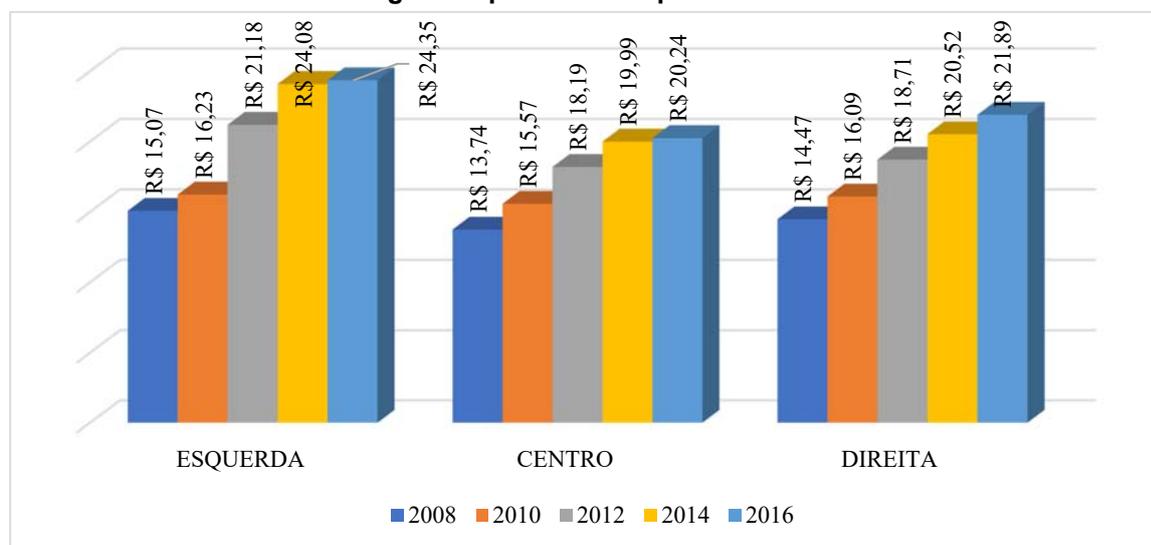
Ideologia	2008	2010	2012	2014	2016	Crescimento real
Esquerda	R\$ 15,05	R\$ 16,02	R\$ 20,64	R\$ 22,95	R\$ 23,35	55,20%
Centro	R\$ 13,61	R\$ 15,21	R\$ 18,03	R\$ 19,53	R\$ 19,61	44,00%
Direita	R\$ 14,41	R\$ 15,97	R\$ 18,50	R\$ 19,97	R\$ 21,13	46,70%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS (2008; 2010; 2012; 2014; 2016).

Outra variável de análise explicitada neste trabalho é relativa aos professores estatutários, em que o movimento de valorização dos profissionais com esse vínculo de trabalho pode ser explicado a partir da regulação nacional indutora de planos de carreira, cargos e remunerações, induzidos não só pela lei 11.738/2008, mas pela regulação do Fundeb (BRASIL, 2007) e regulamentação por via da Resolução n. 2/2009 do Conselho Nacional de Educação.

Entretanto, é notória a diferença de ampliação real da remuneração desses profissionais na comparação de espectro ideológico partidário. Enquanto nas administrações de esquerda, a valorização durante a série histórica foi de 61,59%, nas de centro e direita as médias foram de 47,32% e 51,27%, respectivamente. O gráfico abaixo auxilia nesse entendimento.

**Gráfico 1 – Comparação da remuneração de professores públicos municipais estatutários por ideologia dos partidos dos prefeitos – 2008-2016**



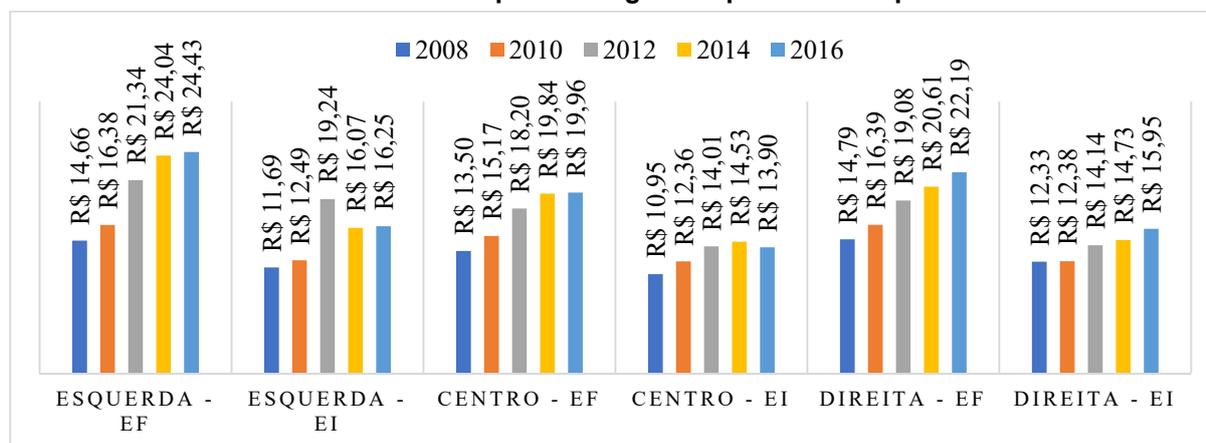
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS (2008; 2010; 2012; 2014; 2016).

No que tange à etapa na qual os professores estavam vinculados, o cenário indica valorização real em todos os contextos durante a série histórica. Entretanto, na comparação entre os profissionais da educação infantil e o ensino fundamental, é notória a diferença entre o crescimento dos professores de 1º a 9º ano em relação aos demais, bem como a remuneração média ao final da série histórica.

A valorização de professores dessas etapas se dá costumeiramente em carreiras diferentes (HECK, 2014), privilegiando profissionais de outras etapas em detrimento à educação infantil. Há que se considerar que o período analisado também é caracterizado por uma ampliação do direito à educação, particularmente no que tange à consideração da obrigatoriedade da pré-escola a partir dos 4 anos, o que culminou em um movimento de maior contratação de profissionais, mas, pelo panorama apresentado, sem a mesma valorização remuneratória que os professores do ensino fundamental (SILVA, 2019).

Entretanto, no caso desta pesquisa, independentemente de posicionamento ideológico, na comparação entre educação infantil e ensino fundamental, maior quantidade absoluta de vínculos de professores públicos municipais (SILVA, 2019), o cenário dialoga com a literatura acadêmica sobre a distinção de valorização entre os profissionais da primeira etapa da educação básica com a segunda (HECK, 2014; SILVA, 2019). Mesmo considerando que as administrações de esquerda tiveram maior percentual de crescimento real (66,68% para o EF e 38,93% para a EI), as distâncias de crescimento, bem como de média remuneratória, são relevantes. Nas administrações de centro e de direita esse cenário de desigualdade é análogo, mas com percentuais de crescimento menores (47,89% e 26,99% para o centro e 50,06% e 29,39% para a direita).

**Gráfico 2 – Comparação da remuneração de professores públicos municipais da educação infantil e do ensino fundamental por ideologia dos partidos dos prefeitos - 2008-2016**



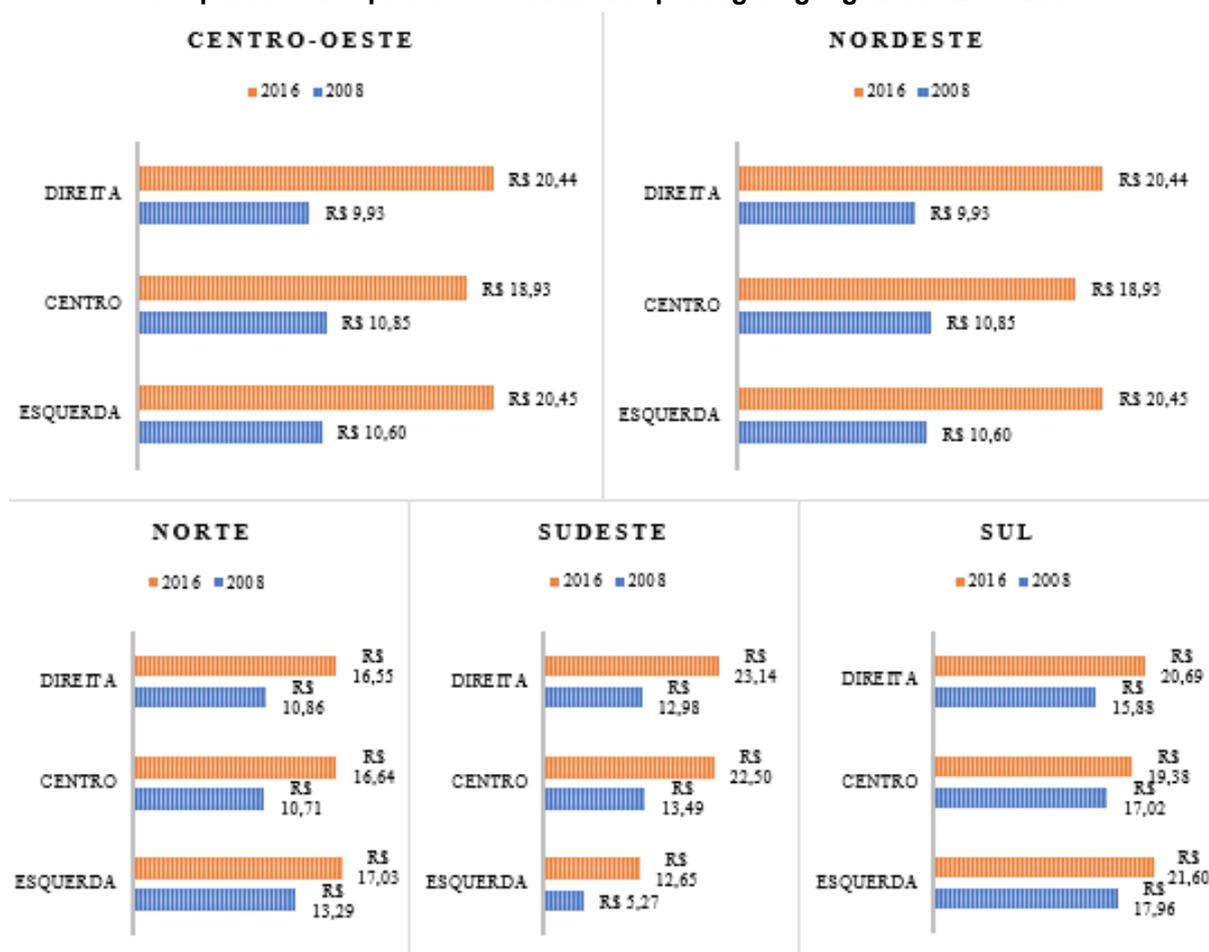
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS (2008; 2010; 2012; 2014; 2016).

Outra variável abordada neste estudo se refere à regionalidade. É possível observar que, ao final da série histórica, em quatro das cinco regiões (exceção ao Centro-Oeste) a maior média remuneratória foi dos municípios administrados pelos partidos de esquerda.

Um ponto explicativo desse panorama é relativo ao provável efeito do Fundeb na Região Nordeste. Pela dinâmica de complementação do fundo por parte da União, os estados que não consigam atingir o valor mínimo por aluno recebem um complemento de 10%, que são redistribuídos para as redes de ensino de acordo com o perfil das matrículas. Historicamente, dos estados que sempre foram complementados, com a exceção do Amazonas e do Pará,

todos são da Região Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Piauí).

**Gráfico 3 – Comparação da remuneração de professores públicos municipais por ideologia dos partidos dos prefeitos estratificado por região geográfica - 2008-2016**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS (2008; 2010; 2012; 2014; 2016).

Esse cenário auxilia no entendimento de que, no caso brasileiro, a política de valorização da remuneração docente no âmbito nacional parece ter sido indutora da ampliação real da remuneração docente. Essa constatação é exemplificada, por exemplo, em administrações de direita, que, pela literatura acadêmica, não encontram na remuneração docente e demais políticas educacionais uma oportunidade de investimento, e sim a despesa educacional sendo considerada a partir das disposições orçamentárias e políticas de austeridade fiscal. No caso dos partidos de esquerda, nas Regiões Sudeste e Norte (apesar de, nesta última, haver pouca representatividade local) há um comportamento evolutivo mais discreto nessa valorização em relação às gestões de outras regiões, mas, de modo geral, apresentam uma tendência de valorização real maior que nas demais posições partidárias.

Sobre esse comportamento regional, é oportuno sublinhar que posicionamentos nacionais podem reverberar em outras posições locais (BRAGA, 2009; KINZO, 2004), como parece ser o caso da direita nordestina e da esquerda do Sudeste, por exemplo. Entretanto, a complexidade da leitura de tais informações também suscita considerar duas questões não

aprofundadas neste trabalho: a) as disputas por governabilidade, e; b) o potencial de investimento e pontos de partida remuneratórios.

Sobre a primeira questão, entende-se que a conquista da governabilidade pode resultar em outros custos políticos e administrativos, mas, sem ela, a capacidade de executar o projeto de governo, mesmo que este inclua na ordenação de prioridades a valorização da remuneração docente, é reduzida.

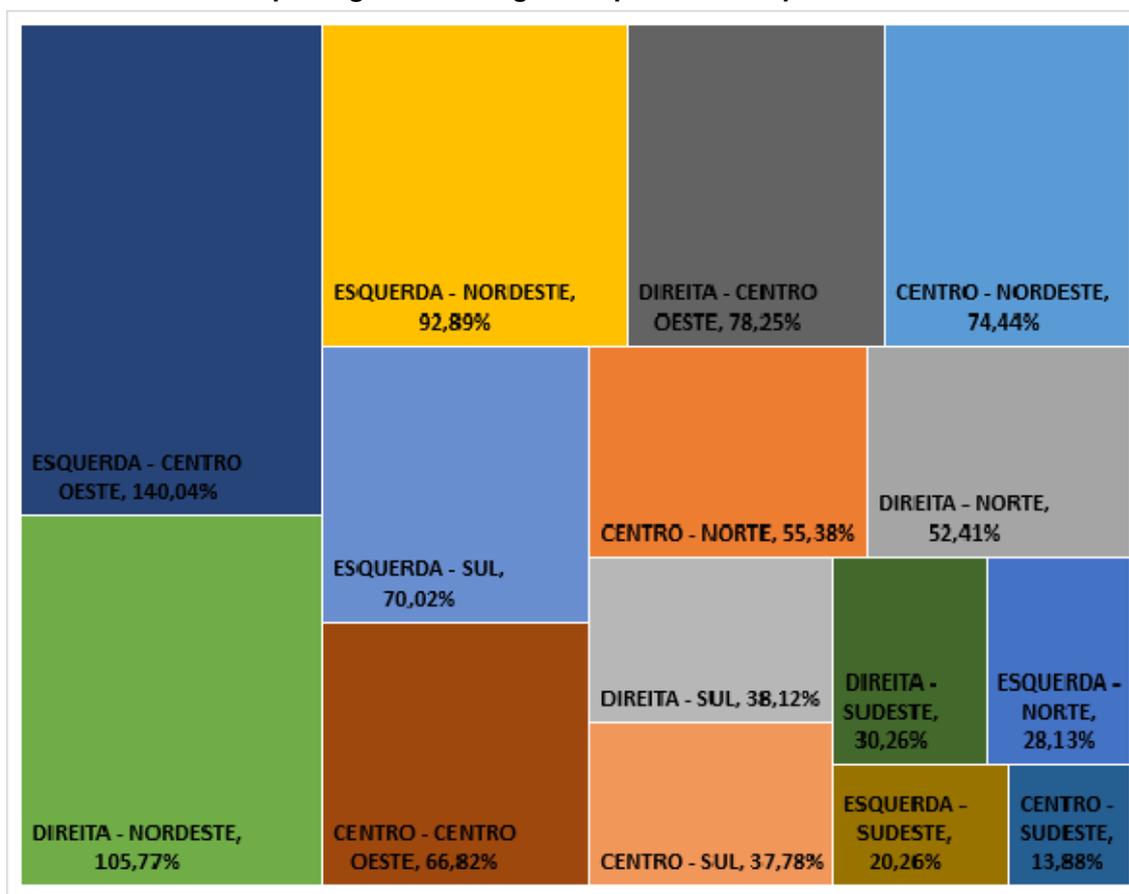
No caso do potencial de investimento, apesar de o panorama ser favorável às administrações de esquerda ao final da série histórica, em 2008 as remunerações médias das Regiões Sudeste e Norte das gestões de esquerda eram maiores que as demais. Nesse viés, outra leitura que se faz desse período é de que a Região Nordeste tendeu a apresentar maiores esforços de ampliação real da remuneração docente municipal no período. O percentual é amplo nos três espectros analisados, culminando em um esforço comum, provavelmente aliado ao potencial financeiro que o Fundeb propiciou para os municípios nordestinos.

Sobre o potencial de investimento, Silva (2019) indicou que o potencial financeiro tendeu a fazer diferença na média remuneratória ao final do intervalo entre 2008 e 2016, mas os municípios com menor arrecadação, considerando a razão entre o montante arrecadado e a população, tiveram que angariar mais esforços para ampliar as condições remuneratórias dos seus professores, cenário que dialoga com o fato de as regiões historicamente com menor desenvolvimento social e econômico, como o Nordeste (ARAÚJO, 2013), apresentarem maior percentual de crescimento real da remuneração docente, exceção feita à Região Centro-Oeste, que apresentou uma evolução similar da remuneração aos docentes nordestinos.

Em contrapartida, outra tendência foi observada: grande parte dos municípios do Sudeste e Sul, com maiores condições históricas de desenvolvimento social e econômico (ARAÚJO, 2013), apresentou um cenário de menor ampliação da remuneração média docente. Ou seja, o esforço do ente federado na série histórica foi menor, resultando em vários casos de estabilidade em termos de valorização real remuneratória.

Nesse sentido, a avaliação que se faz é que a política de valorização da remuneração docente proposta no período (BRASIL, 2006; 2007; 2008; 2009a), particularmente pelo estabelecimento do PSPN e da indução aos municípios para comporem seus PCCRs, impulsionou os municípios das regiões nas quais a remuneração era menor no comparativo com as demais regiões brasileiras. Mesmo que todas as regiões tenham evoluído, essa percepção é clara. O gráfico abaixo auxilia nesse entendimento.

**Gráfico 4 – Evolução real da média da remuneração de professores públicos municipais estratificada por região e ideologia dos partidos dos prefeitos - 2008-2016**



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do RAIS (2008; 2010; 2012; 2014; 2016).

Sublinha-se que a ideologia partidária nacional, ponto de partida de categorização deste trabalho, pode culminar em diferentes posturas regionais (BRAGA, 2009), mesmo que haja uma tendência em adotar doutrinas nacionais (KINZO, 2004). O processo complexo de tomada de decisões políticas em torno da alocação dos recursos e, especificamente, de como se compreende qualidade da educação e, por consequência, como ela será ofertada, são influenciadores diretos na forma como o professor público será valorizado. Esse tom da complexidade da política não elimina a possibilidade de se pensar em tendências em nível nacional, mas relativiza resultados de pesquisa desta natureza.

## Considerações finais

Este artigo teve como objetivo analisar a remuneração docente dos professores públicos municipais a partir da sua categorização em torno da continuidade ideológica de gestão dos partidos dos prefeitos, delimitando o escopo de análise entre 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.

Nas informações trabalhadas, as evidências apontam para um período de valorização da remuneração docente pública municipal em todo o País, provável fruto das políticas de indução e ampliação de potencial financeiro do governo federal. Entretanto, regionalmente, essa valorização se deu de forma diferenciada, de modo que os municípios com menor

remuneração média no início da série histórica tenderam a apresentar maior esforço e, conseqüentemente, maior percentual de crescimento real remuneratório.

No que tange à ideologia partidária, os resultados indicaram que há nuances de diferenciação quanto à valorização remuneratória. De modo geral, os partidos de esquerda tenderam a um maior percentual de crescimento real, além da superioridade na valorização dos estatutários. Além do panorama supracitado, a análise indicou que a valorização da média remuneratória dos professores municipais se apresentou com percentuais diferenciados na comparação entre professores da educação infantil e ensino fundamental, com ampla vantagem para o último grupo, independentemente de ideologia partidária. Nesse viés, a defesa se inclina para a necessidade de compreender a importância da educação infantil e dos profissionais que nela labutam para que, no contexto da remuneração docente, haja um movimento de equiparação.

Entretanto, no caso da análise por regionalidade, outras nuances foram percebidas, como o esforço regional notório do Nordeste e Centro-Oeste por melhoria das condições remuneratórias e a estabilidade média de remuneração em localidades com maior desenvolvimento econômico, como o Sudeste e o Sul. A ampliação de potencial financeiro via Fundeb e as políticas de indução do governo federal podem, no período analisado, terem diminuído o peso da ideologia partidária no que tange à valorização da remuneração docente.

Reconhece-se que a categorização proposta apresenta alguns limites. Outros aspectos como o diálogo com outros setores da sociedade civil e a atuação dos sindicatos são reconhecidos como importantes nesse processo, mas, pela abordagem proposta, não serão analisados neste estudo. Além disso, outros elementos igualmente foram desconsiderados, diante da impossibilidade de se fazer uma leitura da disputa por poder e governabilidade nas administrações públicas, o que poderia implicar em ganhos e prejuízos na execução de uma política pública, além de outras demandas locais, que poderiam tensionar o fundo público e dificultar a ampliação do investimento em educação para além do Fundeb e a vinculação mínima de 25% dos impostos e repasses constitucionais, bem como a regionalização de posicionamentos nacionais acerca da formulação, implementação e execução de políticas educacionais, que podem tomar formas diferentes no âmbito local. Para investigações dessa natureza, uma outra abordagem de pesquisa é necessária.

## Referências

ARAÚJO, R. L. S. **Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica**. 2013. 401 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, J. M. L. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BRAGA, C. M. **O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 mai. 2000.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jun. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n. 2 de 28 de maio de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 maio 2009.

BRASIL. Lei n. 13.091 de 12 de janeiro de 2015. Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal; revoga dispositivo da Lei n o 12.771, de 28 de dezembro de 2012; e dá outras providências. 2015. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jan. 2015

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de cumprimento do piso salarial profissional nacional pelos entes federativos**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos Políticos 1965 - 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em: 22 set. 2019.

CAMARGO, R. B.; JACOMINI, M. A. Carreira e salário do pessoal docente da educação básica: algumas demarcações legais. **Educação em foco**, Belo Horizonte, ano 14, n. 17 p. 129-167, jul. 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Coleção Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

EV, L. S. **Quem são e pelo que competem os pequenos partidos no Brasil**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERNANDES, M. D. E. A valorização dos profissionais da educação básica no contexto das relações federativas brasileiras. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, p. 1095-1111, 2013.

GALVÃO, D. G. **Crise de representatividade dos partidos políticos no Brasil (2000 – 2015)**. 2016. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

GOUVEIA, A. **Partidos políticos e trajetórias da política educacional: um estudo sobre a administração do PFL em Curitiba e do PT em Londrina (2001 – 2004)**. 2008. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GROCHOSKA, M. A. **Políticas educacionais e a valorização do professor: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

HECK, B. T. M. **A carreira das educadoras da Educação Infantil no município de Curitiba: Integração com a educação ou consolidação na marginalização?** 2014. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, p. 23-40, 2004.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MASSON, G. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 140, p.849-864, jul./set. 2017.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise das políticas públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ravello Ferraro. Coleção Desenvolvimento Social. Pelotas: Educat, 2002.

NOVO. Posicionamentos. 2018. Disponível em: <https://novo.org.br/posicionamentos/>. Acesso em: 29 jul. 2018.

OLIVEIRA, F. Surgimento do antivalor. In: OLIVEIRA, F. (Org.). **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 19-48.

POGGI, G. **A evolução do Estado Moderno: uma introdução sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

RAIS. Relação Anual de Informações Sociais. **Base de dados**. Brasília: Ministério do Trabalho, 1930. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SELZ, M. O raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SENADO FEDERAL. **Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias**. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

SILVA, M. Q. da. **Remuneração de professores públicos municipais no Brasil: execução orçamentária, partidos públicos e valorização docente (2008 – 2016)**. 2019. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SOUZA, A. R. **Perfil da gestão da escola no Brasil**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, 2016.

**Marcus Quintanilha da Silva** é professor do magistério superior na Faculdade São Braz.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8305-0024>

E-mail: [marcusquintanilha@hotmail.com](mailto:marcusquintanilha@hotmail.com)

*Recebido em 11 de fevereiro de 2020*

*Aprovado em 09 de junho de 2020*

## Editores do volume 11

Márcia Aparecida Jacomini – Universidade Federal de São Paulo, Brasil  
 José Marcelino de Rezende Pinto – Universidade de São Paulo, Brasil

## Comitê Editorial

Nalú Farenzena – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
 Juca Gil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
 Theresa Adrião – Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
 Ângelo Ricardo de Souza – Universidade Federal do Paraná, Brasil

## Conselho Editorial

<b>Alejandro Morduchowicz</b> Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina	<b>Maria Beatriz Luce</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Andréa Barbosa Gouveia</b> Universidade Federal do Paraná, Brasil	<b>Maria Dilnéia Espíndola Fernandes</b> Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
<b>Fernanda Saforcada</b> Universidade de Buenos Aires, Argentina	<b>Nelson Cardoso do Amaral</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil
<b>Jacques Velloso</b> Universidade de Brasília, Brasil	<b>Nicholas Davies</b> Universidade Federal Fluminense, Brasil
<b>João Monlevade</b> Senado Federal, Brasil	<b>Robert E. Verhine</b> Universidade Federal da Bahia, Brasil
<b>Jorge Abrahão de Castro</b> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil	<b>Romualdo Portela de Oliveira</b> Universidade de São Paulo, Brasil
<b>Lisete Regina Gomes Arelaro</b> Universidade de São Paulo, Brasil	<b>Rosana Gemaque Rolim</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Luis Carlos Sales</b> Universidade Federal do Piauí, Brasil	<b>Rubens Barbosa de Camargo</b> Universidade de São Paulo, Brasil
<b>Luiz de Sousa Junior</b> Universidade Federal da Paraíba, Brasil	<b>Theresa Adrião</b> Universidade Estadual de Campinas, Brasil
<b>Luiz Fernandes Dourado</b> Universidade Federal de Goiás, Brasil	<b>Tristan McCowan</b> University of London, Reino Unido
<b>Magna França</b> Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil	<b>Vera Jacob</b> Universidade Federal do Pará, Brasil
<b>Marcos Edgar Bassi</b> Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil	<b>Vera Peroni</b> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
<b>Maria Angélica Pedra Minhoto</b> Universidade Federal de São Paulo, Brasil	<b>Vitor Henrique Paro</b> Universidade de São Paulo, Brasil

## Equipe editorial

Apoio ao Comitê Editorial: Caio Cabral da Silva  
 Diagramação, Revisão de português e normalização: Edson Leonel de Oliveira  
 Revisão de inglês: Sabrina Ferreira